

# Um olhar sobre a história da educação do deficiente visual no município de Piracicaba/SP

*A look at the history of education of the visual impaired in Piracicaba/SP*

Rogério Sousa Pires<sup>1</sup>

## RESUMO

O enfoque deste estudo é investigar os marcos histórico-legais da educação do deficiente visual na rede estadual de educação do município de Piracicaba. O campo fenomênico dos fatos históricos das práticas educativas, como o vivido propriamente, permite conhecer os diferentes caminhos da interação dos educadores com os alunos deficientes visuais. E como sujeitos partícipes da experiência humana na esfera da Educação Especial, seus aspectos sócio-históricos e educacionais merecem destaque, ganhando espaço nos textos e contextos de um tempo presente.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiente visual. Marcos histórico-legais.

## ABSTRACT

The focus of this study is to investigate the historical and legal frameworks of education of the visually impaired in the state system of education in the city of Piracicaba. The phenomenal field of the historical facts of educational practices, while lived properly, allows to know the different ways of interaction of teachers with visually impaired students. And while participants subject of human experience in Special Education sphere, its historical and educational social aspects are noteworthy gaining ground in the texts and contexts of a present time.

Keywords: Special Education. Visually impaired. Historical and legal frameworks.

1 Mestre em Ciências da Religião pela Faculdade de Filosofia da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) e graduado em Teologia pela mesma instituição. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (UI- bra). Tem experiência na Educação Básica e no ensino superior nas áreas de humanas e sociais aplicadas, atuando principalmente nos seguintes temas: fenomenologia existencial, Educação Especial, relações sociais, formação humana, práticas educativas e ciências da religião. Atualmente, é doutorando em Educação pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) junto ao Programa de Apoio à Educação Especial Pro- esp/Capes, investigando as práticas educativas no desenvolvimento humano do aluno deficiente visual. *E-mail:* [rogersp@hotmail.com](mailto:rogersp@hotmail.com)

## 1. Introdução

Este artigo focaliza a história da educação de alunos com deficiência visual no município de Piracicaba, no contexto maior de um processo complexo que vai da segregação institucional ao movimento pela inclusão.

Na história da educação, a lógica excludente impede vislumbrar uma aceitação/ inclusão das pessoas com deficiência, como afirma Mazzotta (2001, p. 16):

O atendimento educacional dos portadores de deficiência, [...] até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado [...] a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadores de deficiência, por "serem diferentes", fossem marginalizadas, ignoradas.

A aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem por meio da cooperação são princípios defendidos pela nova ordem da Educação Especial sob o enfoque da Educação Inclusiva. Saber conviver com a diversidade humana representa aceitar as diferenças em qualquer lugar, e a escola, em nossa sociedade, é um dos espaços mais importantes para o acesso ao conhecimento e aos bens culturais.

A história de atendimento às pessoas deficientes passou por diversos momentos: exclusão, segregação institucional, integração e inclusão, e, ainda hoje lamentavelmente uns se sobrepõem a outros, contrários ao discurso inclusivista contemporâneo, que consiste no "princípio fundamental [de] que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter" (CARVALHO, 2002, p. 59), constituindo-se, assim, em "um espaço de apropriação do saber centrado na necessidade das crianças, buscando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades" (CARVALHO, 2002, p. 59).

Quando nos deparamos com o quadro de diferenciações no processo pedagógico evidenciado em sala de aula, muitas vezes não sabemos como agir e tratar "o diferente". Mas o apelo social nos diz que a escola "deve levar à emancipação do ser humano", ao considerar "a educação como fato social, político e cultural" (CARVALHO, 2002, p. 58), pois um novo conceito de escola e de educação foi se configurando, e hoje se defende o "especial" da educação, um atendimento de qualidade aberto à diversidade, "que respeite e res- signifique as diferenças individuais", afirma Carvalho (2002).

Fatos históricos e políticos demonstram o percurso da Educação Especial até chegar à configuração atual, com alunos com deficiência matriculados e frequentando as escolas públicas. É a partir desse percurso que direciono a atenção para um caso particular,

ou seja, a educação de alunos cegos e com baixa visão no contexto político e histórico do município de Piracicaba.

## 2. Delineamento histórico e político da educação do deficiente visual

A educação escolar do deficiente visual teve os primeiros trabalhos sistematizados na França no século XVIII após a Revolução Francesa, quando o Estado francês passou a gerir a escolarização das pessoas com deficiência com a criação de instituições nacionais especializadas. E tudo começou com os trabalhos de Valentin Haüy, que fundou em Paris o *Institute Nationale des Jeunes Aveugles* (Instituto Nacional dos Jovens Cegos), em 1784. Haüy teve notoriedade e reconhecimento pela Academia de Ciências de Paris com a utilização da técnica de letras em relevo no ensino de cegos (MAZZOTTA, 2001).

Soares e Carvalho (2012, p. 17) destacam que: "A escola de cegos criada por Haüy, além do ensino da escrita por meio de letras em relevo, continha em seu currículo disciplinas como aritmética, geografia e música." Essa escola obteve êxito, com desdobramentos expressivos servindo de modelo para outras escolas europeias. De acordo com Silva (apud MAZZOTTA, 2001, p. 19), "os exemplos mais positivos dessas escolas foram as de Liverpool em 1791, de Londres no ano de 1799 e, já no século XIX, de Viena em 1805 e de Berlim em 1806".

Posteriormente, no ano 1819, o Instituto recebe o capitão do exército francês Charles Barbier, que apresenta um novo sistema de comunicação aos deficientes visuais, conhecido como escrita noturna.

Tratava-se de um processo de escrita [...] próprio para a transmissão de mensagens no campo de batalha à noite, sem utilização de luz para não atrair a atenção dos inimigos. Tal processo de escrita, codificada e expressa por pontos salientes, representava os trinta e seis sons básicos da língua francesa. A ideia de Barbier despertou o interesse de alguns professores e logo começou a ser utilizada pelos alunos internados no Instituto. (MAZZOTTA, 2001, p. 19)

A proposta de Barbier representou um avanço em relação à proposição de Haüy, mas ainda necessitava de aprimoramento, o que levou o jovem cego Louis Braille (1809-1852), estudante do Instituto, a propor modificações ao código vigente na escola para superação das dificuldades enfrentadas em seus estudos. Começou, então, a dedicar-se à "criação de um sistema baseado em pontos que, de fato, atendesse às necessidades de escrita e leitura das pessoas cegas" (ABREU, 2008, p. 15).

A princípio, a adaptação recebeu o nome de sonografia, e posteriormente o nome de seu inventor, passando, assim, a se chamar Sistema Braille. Desde então, esse sistema tem significativa representatividade para a educação dos deficientes visuais como um dos

principais recursos de comunicação no oferecimento de oportunidades de acesso à informação e ao conhecimento.

Cada célula Braille precisa de um quarto de polegada, pouco mais de 6 milímetros de espaço na linha. Muita economia de espaço tem sido feita, pela adição de novos espaços ao código original, sob a forma de sinais, abreviações e contrações. (ASHCROFT apud MAZZOTTA, 2001, p. 19-20)

Os seis pontos em relevo da cela, ou célula, braille, ao formarem as 63 combinações diferentes, além de representarem as letras do alfabeto, os sinais de pontuação e os números, também compõem a notação musical,<sup>2</sup> os símbolos matemáticos, químicos, fonéticos, informáticos, entre outras possibilidades de combinação.

A maneira como o Sistema Braille se dispõe possibilita grande facilidade de aprendizagem ao deficiente visual e passa a ser a forma universalmente aceita para a superação da deficiência visual no que diz respeito ao acesso à linguagem escrita.

No continente americano, o atendimento educacional ao deficiente visual teve início com a fundação do New England Asylum for the Blind, em Massachusetts, e do New York Institute for the Education of the Blind, ambos em 1832. Seguidos de outra escola, a Ohio School for the Blind, em 1837, em 1900 é criada a primeira classe para cegos em Chicago. E na cidade de Boston, em 1913, tem início a primeira classe de amblíopes.

No contexto brasileiro, os primeiros trabalhos para a educação do cego e de pessoas com baixa visão começaram de forma mais sistematizada em meados do século XIX, em 1854, quando foi criado no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant (IBC). Esse instituto público federal atendia e ainda atende crianças, adolescentes e adultos nas modalidades da educação básica, reabilitação e capacitação profissional. Como iniciativa oficial do governo concretizada por d. Pedro II pelo Decreto Imperial nº 1.428, fundou-se o primeiro educandário para alunos cegos na América Latina, que constitui o marco inicial da Educação Especial no Brasil.

Nas dependências do IBC funciona até hoje uma imprensa braille, instalada em 1943, e no ano anterior o Instituto começou a editar a primeira revista em braille no Brasil, intitulada *Revista Brasileira para Cegos*, sendo pioneira nesse seguimento. Pela Portaria Ministerial nº 505, de 17 de setembro de 1949, o Instituto ampliou a produção para atender ao público deficiente visual em território brasileiro.

<sup>2</sup> Louis Braille foi também um grande pianista e organista. Em 1829, apresentou a primeira edição do *Método de palavras escritas, músicas e canções por meio de sinais, para uso de cegos e adaptados para eles*, em cujo prefácio reconheceu que a grafia de Barbier havia sido a base para a invenção do Sistema Braille (ABREU, 2008, p. 16).

Outra fase importante no processo educacional das pessoas deficientes visuais no Brasil foi a oficialização, em 1946, do curso ginásial do IBC, por meio da Portaria nº 385, de 8 de junho, que possibilitou o acesso dos alunos à educação equiparada ao ginásio de ensino comum. Também no mesmo ano, na cidade de São Paulo, Dorina de Gouvêa, que ficou cega aos 17 anos vítima de uma enfermidade não diagnosticada, juntamente com um grupo de amigas, deu início às atividades da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, "tendo como finalidade 'a integração do deficiente visual na comunidade como pessoa autossuficiente e produtiva'" (MAZZOTTA, 2001, p. 35), com objetivo inicial de produzir e distribuir livros em braille, depois passou a atuar nas áreas de educação e reabilitação de pessoas com deficiência visual.

Seguindo o modelo educacional do IBC, de internato voltado para a educação e a residência de pessoas deficientes visuais, Masini (2013) e Mazzotta (2001) afirmam que outras instituições surgiram na esteira do movimento integracionista: Instituto São Rafael, em Belo Horizonte (1926), Instituto Padre Chico, em São Paulo (1928), Instituto de Cegos da Bahia, em Salvador (1929), Instituto de Cegos do Ceará, em Fortaleza (1934), Instituto São Rafael, em Taubaté/SP (1940), Instituto Santa Luzia, em Porto Alegre (1941), Instituto Paranaense de Cegos, em Curitiba (1944), Associação Linense para Cegos, em Lins/SP (1948) e Instituto de Cegos Florisvaldo Vargas, em Campo Grande/MS (1957).

Na década de 1950, foi realizada no Instituto Caetano de Campos, em São Paulo, ainda que em caráter experimental, "a primeira sala de recursos para deficientes visuais estudarem em classes comuns" (MASINI, 2013, p. 50), que recebeu suporte da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, a "primeira instituição a capacitar professores especializados para a atuação em escolas públicas" (MASINI, 2013, p. 50).

Em 1958, com o Decreto nº 44.236, de 1º de agosto, criou-se a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, inspirada na campanha iniciada pelo IBC, posteriormente chamada de Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC), vinculada diretamente ao gabinete do ministro da Educação.

Os desdobramentos da campanha contribuíram para a criação de cursos de formação docente, como foram os desenvolvidos no estado de São Paulo em universidades e faculdades (MASINI, 2013, p. 51). Verifica-se que a formação de professores para a Educação Especial tomou proporções em nível nacional com a criação, em 1973, do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), órgão vinculado ao Ministério da Educação que instaurou o Plano Nacional de Educação Especial, tendo como uma das frentes prioritárias a capacitação de recursos humanos para atuar com os alunos com deficiência (SOARES; CARVALHO, 2012).

Entre as instituições de ensino superior que começaram a oferecer cursos de habilitação docente na área da Educação Especial, destacam-se, na década de 1970: Faculdade de Educação da Unesp, em Marília, e Faculdade do Carmo, em Santos; e, na década de 1980: Universidade de São Paulo e Faculdade de Educação do Paraná.

Novas conquistas surgiram no panorama mundial com as recomendações de organismos internacionais sobre a Educação Especial (CARVALHO, 2002), como as instituídas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que declarou 1981 o *Ano e a Década da Pessoa Portadora de Deficiência*.

No Brasil, o Movimento *Diretas Já*, em 1983, e a nova ordem instaurada com o processo de redemocratização e a proclamação da Constituição Brasileira, em 1988, trazem um novo olhar para a Educação Especial, que a partir da década de 1990 intensifica-se com o crescente movimento pela inclusão. E isso traz desdobramentos importantes para a educação brasileira, com algumas medidas oficiais tomadas por órgãos governamentais no intuito de oferecer suporte para professores, como as políticas de formação de professores após a abertura política, especificamente a partir da década de 1990, com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial (1994).

Em 1996, um importante passo é dado na contemplação das pessoas deficientes, com políticas sociais e educacionais, como a promulgação da Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LBDEN), que pela primeira vez dedica um capítulo inteiro ao tema da Educação Especial, tendo no Título V - Dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino - do Capítulo V - Da Educação Especial -, artigo 58, alterado pela Lei nº 12.786/ 2013, a seguinte definição: "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (BRASIL, 2013).

Em 2008, a Secretaria de Educação Especial (Seesp/MEC) lança o documento "Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva", com a seguinte orientação:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em [sic] transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

A educação especial direciona suas ações para o atendimento das especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas. (BRASIL, 2008, p. 15)

Da análise dos marcos históricos, normativos e diagnóstico feito pela comissão do grupo de trabalho que elaborou o documento com as novas diretrizes para a Educação Especial, tem-se a seguinte definição:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 15)

O delineamento dos marcos legais, históricos e conceituais da Educação Especial supracitados aponta para a atual Política Nacional de Educação Especial, que preconiza que "os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favorecem a promoção da aprendizagem e valorização das diferenças" (BRASIL, 2008, p. 17). Mas todas essas recomendações legais e educacionais revelam a necessidade constante de revisitar a realidade da educação brasileira na busca de superação das dificuldades impostas pela deficiência visual, na proposição de uma ação contínua, com horizontes de sentidos e significados para os cegos e pessoas com baixa visão. É aqui que um horizonte próximo entra em cena como a *to continuum*, que revela a história da educação do deficiente visual no município de Piracicaba e região.

### **3. Um olhar sobre a história da educação do deficiente visual no município de Piracicaba e região**

Das instituições de ensino superior mencionadas anteriormente, uma tem influência direta nas práticas educativas desenvolvidas pela professora Santília Kroll, formada em Pedagogia com habilitação em Deficiência Visual na Universidade Estadual Paulista (Unesp - *Campus* de Marília). Essa professora, hoje aposentada, exerceu por 15 anos uma carreira docente dedicada à educação de alunos cegos e com baixa visão na rede estadual de ensino de Piracicaba e na Associação de Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (Avistar).<sup>3</sup> Foi uma das pioneiras na educação do deficiente visual na região de Piracicaba e concedeu-me uma entrevista em sua casa em meados de 2013.

Como instrumento na apreensão dos dados, foi utilizada a audiogravação da entrevista, com a adoção da técnica de pesquisa - depoimento pessoal. Trata-se de utilizar como instrumento a entrevista não diretiva, sem um roteiro de entrevista semiestruturada,

<sup>3</sup> A Avistar é uma entidade sem fins lucrativos que visa a promover condições favoráveis ao pleno desenvolvimento das pessoas com deficiência visual, garantindo sua integração social, educativa e cultural, a inserção profissional e a qualidade de vida.

muito menos a aplicação de questionário semidirigido. Por se tratar de entrevista não estruturada, de modalidade não diretiva, permite-se à entrevistada falar sobre sua experiência educacional, propiciando uma fala livre, sem imposição de aspectos que interessem somente ao pesquisador. Isso possibilita que os dados sejam carregados de emoções e afetividade.

A escolha do uso desse tipo de entrevista baseia-se no fato de ser a forma que permite à entrevistada expressar-se livremente quando interrogada sobre sua experiência como educadora na relação com alunos deficientes visuais. Os dados gravados foram transcritos na mesma linguagem da professora e depois textualizados, revelando como tudo começou.

*O trabalho com a criança e o adolescente cego na rede estadual é uma história muito bonita. Eu tinha acabado de me graduar em Marília, e o secretário de educação municipal de Santa Bárbara do Oeste estava à procura de uma professora. Havia lá uma demanda considerável de alunos que não podiam frequentar a escola. A inclusão estava praticamente no começo, e era interessante essas crianças irem ou continuarem na escola, mas com um atendimento especializado oferecido pelo Estado. Então, eu vim pra cá porque em Marília o mercado já estava saturado de professores nessa área. Vim trabalhar em Santa Bárbara do Oeste, e, como não conseguimos, na época, uma casa para morar lá, compramos aqui em Piracicaba. E aí eu viajava pra lá diariamente. Era a única sala da região que tinha esse trabalho.*

*Em 1991, eu atendia alunos da redondeza, inclusive daqui de Piracicaba, os quais concluíram a universidade ao longo dos anos. São graduados hoje e tiveram um começo comigo lá em Santa Bárbara. Eles pegavam o ônibus de seis da manhã aqui e iam pra aula lá as sete.*

*O atendimento era realizado numa sala de recursos, exatamente como é hoje. Mas, como eu fazia uma carga completa de 40 horas naquele tempo, a gente tinha que ter duas classes, para completar as 40 horas semanais. Funcionava também como classe especial, por isso alunos adultos que nunca tiveram acesso à escola puderam frequentar a sala de recursos como se fosse uma classe especial. Sabe, um atendimento que eles nunca tinham pensado em receber.*

*Eu me lembro de alguns adultos, uns três ou quatro, os quais não esperavam frequentar uma sala de aula porque alguns possuíam cegueira congênita ou adquirida, mas estavam naquela fase de ficar só em casa, ali, de não ter acesso à leitura, não ter acesso à informação. De repente, você pode imaginar, a euforia que foi nas famílias esses alunos serem pegos na frente das suas casas e levados para a escola, até poderem chegar ao ponto de se locomover, e virem sozinhos. Foi muito bonito esse trabalho!*

*Comecei lá e permaneci por seis anos em Santa Bárbara. Aí, como estava muito difícil para morar aqui e viajar, e aqui não tinha esse trabalho, nós criamos uma sala de recursos. As mães ajudaram, o dirigente ajudou, enfim, houve um trabalho de equipe. Como não tinha atendimento nem no município, nem no estado, a prefeitura também se mobilizou, fazendo doação de alguns materiais básicos. Essa sala de recursos foi criada em 1997, na Escola Estadual Morais Barros. Ali pudemos desenvolver um trabalho maravilhoso! No começo eu saía para falar sobre o trabalho em igrejas e clubes de serviço. Explicava que o estado nos fornece o salário, um lugar para trabalhar, uma escola. Mas o material, que é bem caro, a comunidade se mobilizava e adquiria. Até papel sulfite 40 recebíamos da comunidade. Máquina, naquele tempo, tínhamos que importar de Miami. E a gen te pedia mesmo, e mostrava o trabalho, falava sobre o trabalho, as pessoas ouviam, davam muita atenção, faziam uma vaquinha e compravam uma máquina Perkins Braille para nós. Isso acon teceu uma vez na Igreja Nossa Senhora dos Prazeres, na Sociedade São Vicente de Paulo, no Rotary, na Loja Maçônica.*

*A sala de recursos foi criada para crianças, adolescentes e adultos deficientes visuais que já frequentavam a escola ou que tinham a intenção de voltar a estudar. Sua finalidade era justamente acompanhar o aluno da rede estadual ou municipal, mas os alunos universitários também eram alunos. A gente fazia um trabalho diversificado porque os alunos que estavam já na universidade precisavam de ajuda pra poder ler textos e fazer anotações. Para você começar a ensinar braille, havia muita resistência a ser enfrentada, porque já estavam participando oralmente, faziam prova oral com os professores e não tinham a percepção tátil necessária a esse tipo de leitura. E desenvolver a percepção tátil numa pessoa que não tem muito interesse em aprender é quase impossível! Ele pode até memorizar que o "a" é o pontinho número 1, que o "b" é o 1 e o 2; memoriza. Mas ler tatilmente, para ele, é difícil. E já uma criança, ou mesmo um adulto, que tenha interesse, apesar de ser cego total, consegue aprender, sim. Terá um trabalho exaustivo. Ele vai ter um trabalho, uma dedicação muito forte mesmo, mas conseguirá desenvolver a percepção tátil.*

*Na educação especial, é comum a gente convidar pessoas de um nível mais avançado para dar depoimentos, para contar como foi difícil a tentativa deles. Isso anima muito! Eu trabalhava na Avistar, alguns anos atrás, com pessoas deficientes visuais, fora da escola. Lá eu procurava convidar alguns de meus ex-alunos que já haviam passado pelo mesmo caminho, inclusive que foram alfabetizados por mim mesma em Santa Bárbara. Pedia pra eles contarem o que faziam atualmente. Havia muita paixão em contar e outra paixão em ouvir. Aqueles que estavam ali, ainda nas primeiras letras, "puxa, se ele pôde, eu também chego lá!". O estigma só pode ser vencido nessas condições, se o próprio aluno sentir interesse em avançar.*

*Os espinhos da profissão estão juntamente em saber buscar uma via que convença a família de que vai ser bom para seu filho, e você precisa amar muito o que faz.*

*Em termos de políticas públicas, o avanço que houve foi a nível de orientação. O estado foi se aprimorando, e a gente era convidada a participar de eventos na capital, principalmente,*

*onde tínhamos todo o apoio do estado. Nosso ponto não era descontado, e tínhamos uma pequena ajuda de custo para comparecer nesses lugares, como, por exemplo, no Centro de Apoio Pedagógico Especializado (Cape). E foi assim, a gente foi crescendo porque tinha um respaldo, uma orientação muito boa, de pessoas que estavam realmente interessadas em melhorar a vida do deficiente visual, pessoas que pesquisavam, pessoas que frequentavam congressos internacionais sobre essa área. Esses congressos, é claro, estavam abertos a todos, mas nem todos os professores de deficiência visual poderiam estar frequentando um congresso internacional fora do país. Mas as novidades eram trazidas. Houve um Congresso internacional, ICEVI, em São Paulo, onde pudemos conversar pessoalmente com autores de livros para deficiências visuais e aprender muito.*

*O Cape, sempre facilitando pra gente, promovia em média de dois a quatro eventos por ano. Então, um trabalho assim só tende a crescer. Depois o Laramara também começou a montar as máquinas braille para comercializar, e então ficou tudo mais fácil. A Fundação Dorina Nowill também contribuía nos enviando livros impressos em braille e digitalizados para serem lidos com o apoio do software de voz. Tantas pessoas trabalhando juntas promoveram um avanço na inclusão escolar. Pela primeira vez, nossos alunos estavam se sentindo inclusos no sistema.*

*Você tem que acreditar no potencial de uma pessoa cega. Agora eu lembrei de uma aluna em Santa Bárbara, ela já tinha uns 35 anos, cega congênita, solteira, morava com os pais, mas ela não saía nem no portão da casa dela. Só com ajuda. Hoje, ela anda de bengala no bairro, ela frequenta Centro de Prevenção à Cegueira (CPC), em Americana. Ela mora bem na divisa de Americana e Santa Bárbara, mas os primeiros atendimentos foram dados na casa dela. As minhas aulas foram de locomoção, pois eu não ia falar com ela em leitura braille naquele momento, e sim como ela poderia se virar um pouco, ser mais solta, andar no próprio quintal. Tinha algumas árvores no quintal, passei um barbante entre uma e outra e ela foi Tateando, e falou: "É a primeira vez que eu pego nessa árvore. Eu não sabia que tinha árvore aqui." Então, ela começou a andar em volta da casa, na sala, na calçada, e hoje é outra pessoa. Ela não aprendeu o braille, a não ser aquele braille modelo jumbo, em que os pontos são mais salientes e mais distantes um do outro. Nós compramos uma máquina em Santa Bárbara, que veio de Miami, uma pessoa foi, levou nosso dinheiro para trazer uma máquina e por engano trouxe um modelo jumbo, então essa aluna conseguiu escrever algumas palavras. Mas o braille usual é mais sintetizado, mais miudinho, precisa ter muita discriminação, muito mais discriminação tátil, precisa de uma boa cognição para poder perceber. E ela não conseguiu nesse aspecto. Mas hoje ela é uma pessoa muito feliz, pelos contatos que ela faz sozinha, ela disca o celular sozinha, fala com quem quer, ela é livre, frequenta a igreja, frequenta esse centro de reabilitação. É um dos trabalhos que eu sempre lembro e que me dá um bom retorno, uma sensação por ter acreditado na pessoa e conseguido que ela também melhorasse sua autoestima, acreditando em si mesma e avançando. Isso é fantástico!*

*A função da escola é fazer o indivíduo acreditar em si mesmo e caminhar com suas próprias pernas. E avançar sempre. Eu acho que isso é fundamental, mais importante até do que ensinar a ler e a escrever. Ler e escrever é um dos instrumentos que usamos para fazer a pessoa se sentir dona da própria história.*

*Existe um instrumento de apoio muito interessante que não somente vai desenvolver a capacidade de sentir os fatos, mas de ver o mundo, que é o sorobã. Ele é usado para cálculos, mas não fica apenas nisso. Ele proporciona um desenvolvimento capaz de aprimorar a capacidade de sentir os fatos, de ver o mundo. O sorobã é um ábaco adaptado para deficientes visuais. Existe um estudo da Nasa que comprova que pessoas que usam o sorobã, elas não só alimentam o seu cérebro, mas melhoram a sua forma de pensar. Manipulando o sorobã e ao mesmo tempo fazendo cálculos mentais, elas estão se preparando para uma leitura mais aprimorada da vida. Elas vão desenvolver o seu raciocínio de uma maneira tão prazerosa e tão compensadora que serão estimuladas a avançar, avançar mais. O ábaco, portanto, está ligado ao desenvolvimento do raciocínio. Ele é útil também aos deficientes visuais idosos, que nunca tiveram acesso à escola. Quando eles pegam este instrumento e começam a estudar, descobrem que seu raciocínio está ficando mais rápido, ficam encantados com ele. E todos têm o seu em casa.*

*Trabalhei com as tecnologias. A gente dava as primeiras noções de informática para aqueles alunos que estavam na escola, e eles passavam a fazer sua liçãozinha de casa no computador. Aprender a digitar é muito fácil. Como eles já estão acostumados a ler braille, em poucas aulas memorizam a posição das letras, não precisa nem colocar sinais. Muita gente ainda acha que precisamos colocar sinais nas teclas; não precisamos. Então, eles passam a digitar, a usar o corretor de texto quando necessário.*

*Eu tinha um aluno que fazia psicologia aqui na Unimep. Não conseguiu aprender braille, era adolescente quando o conheci, ele tinha rejeição ao braille. Foi muito difícil, ele não aceitou, mas estudou. Foi em frente, fazendo provas orais, e depois, com o conhecimento da informática, ele passou a fazer provas a través do computador. Ele lia a pergunta com o software de voz e respondia escrevendo com utilização do corretor de texto do próprio software. Um bom aluno.*

*Na sala regular, a criança é inserida lá. O mais indicado, o caminho que a gente usa, é alfabetizar em braille, instrumentalizar essa criança para que ela se sinta familiarizada com aquilo que é tátil, só depois dessa fase é que ela irá para a 1ª série. Então, muitas crianças começam na sala de recursos, como se fosse uma "classe especial". A sala de recursos, às vezes, é uma classe especial. Pouquíssimos alunos não apresentam condições de serem inseridos.*

*É exigido que os alunos estejam inclusos na sala regular, e muitas vezes não há uma participação efetiva da família. E a família, não fazendo isso, o estado não tem uma outra*

*forma de ajudar. A sala de recursos está lá, a professora especializada está lá, os recursos estão todos lá, mas a criança não vai para o atendimento porque diz que está cansada, então aí os problemas vão se avolumando. Um dia ela começa a se sentir diferente dos demais, não tendo o mesmo rendimento. A família sabe disso, e o professor regular também sabe que não tem mais o que fazer.*

*Talvez a situação tenha mudado um pouco depois que concluí meu tempo de trabalho no estado. Dos alunos que eu tive, alguns começaram recebendo atendimento especializado na Fundação Dorina Nowill, no Padre Chico ou no Instituto Benjamin Constant. Vieram para a escola regular e pude acompanhá-los de perto. Constatei que eram os melhores alunos da escola, porque a sua locomoção era perfeita, a comunicação, ótima. Então, são instituições que merecem muito nosso respeito, porque uma complementa a outra. Eu acho que na educação tudo tem que ser compartilhado, o tipo de atendimento, o tipo de trabalho, se você divide isso, você cresce.*

*Nós tínhamos voluntários, amigos da escola, muitos professores aposentados vinham e eram ledores, e a gente recebia muita ajuda deles. Tinha voluntários que também eram cegos, mas eram ótimos em escrita braille e eles datilografavam textos para outros alunos cegos, que estavam ainda começando o segundo grau. Aí alguém tinha que ler para esses cegos voluntários que escreviam textos, e esses textos eram mandados para os alunos. Você vê como a gente trabalhava em parceria, tinha o voluntário que lia, o voluntário que escrevia em braille e o voluntário que vinha buscar os trabalhos escritos para o aluno cego ler, e depois fazer a prova.*

*Ser professora de criança com deficiência visual, adolescente ou adulto foi a melhor experiência educacional que eu vivi na minha vida profissional. No início de minha carreira, eu era professora alfabetizadora e trabalhava com crianças de 1ª a 4ª séries, depois tive a oportunidade de cursar pedagogia e fazer essa especialização em deficiência visual. Pude, então, sair a campo e procurar alunos em número suficiente para formar duas classes. Eu precisava passar para frente o que tinha aprendido. Santa Bárbara d'Oeste representou para mim a realização de um belo sonho, o de contribuir com a implantação de um dos maiores projetos educacionais de que se tem notícia, a inclusão escolar na rede estadual. Passei para os alunos e suas famílias, para a escola e para a comunidade de profissionais onde esses alunos estavam inseridos o que é um atendimento de sala de recursos para deficientes visuais. Essa foi a novidade que trouxe para a região. Então, para mim, foi um motivo até de melhoria como pessoa, por constatar que o momento havia chegado e que eu e a equipe que me assessorava poderíamos melhorar a vida do aluno deficiente visual. Obtive um feedback muito importante das pessoas que acreditavam em mim. Acreditavam no meu trabalho, apostavam no meu trabalho, e começamos a ver juntos os frutos. Hoje, estou satisfeita por ter ajudado um pouco. O reconhecimento do outro é uma coisa assim que fala muito alto.*

O depoimento da professora Santília ampara-se legalmente em textos oficiais da Secretaria Estadual de Educação, quando, por exemplo, ela afirma que "a sala de recursos foi criada em 1997, na Escola Estadual Morais Barros". A autorização para criação da classe especial de deficiência visual ocorreu em 7 de janeiro de 1997, em consonância ao Processo nº 0622/1610/96, que tramitou entre a Delegacia de Ensino de Piracicaba e a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp/Serviço de Educação Especial de São Paulo), cuja solicitação é a "criação de classe especial para funcionar como sala de recursos para deficientes visuais" (SÃO PAULO, 1996, p. 47).

Na época, após a apreciação do processo pelo Serviço de Educação Especial, decidiu-se pela composição da classe, com 13 alunos, destacando a importância de se observar o objetivo pela qual a sala foi criada: dar atendimento ao aluno matriculado que regularmente frequente a classe comum que necessita de atendimento especial na superação das dificuldades decorrentes de sua limitação. Objetivo evidenciado no discurso da professora, ao dizer que a "sala de recursos foi criada para crianças, adolescentes e adultos deficientes visuais que já frequentavam a escola ou que tinham a intenção de voltar a estudar".

O documento também ressalta a relevância de reuniões com as instâncias locais entre as Secretarias de Educação e Saúde, Clubes de Serviço, Faculdades e Biblioteca Municipal para a criação de um serviço integrado em regime de corresponsabilidade para a reabilitação de deficientes visuais com idade avançada. Assim, na Escola Estadual Morais Barros,<sup>4</sup> na cidade de Piracicaba, a sala de recursos passa a funcionar mediante a reestruturação da Rede Oficial de Ensino em 1997, ficando nessa unidade escolar até 2007, quando é transferida com 15 alunos para a Escola Estadual Barão do Rio Branco,<sup>5</sup> em 2008.

O Plano de Trabalho da Sala de Recursos como parte integrante do Plano de Gestão da Escola Estadual Morais Barros sob a responsabilidade da professora Santília, por meio do projeto Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência Visual da Sala de Recursos, orientou-se pelo direito à educação e cidadania. O projeto obteve êxito em suas atividades por causa das parcerias estabelecidas com a comunidade local (igrejas e associações), como "Igreja Nossa Senhora dos Prazeres, Sociedade São Vicente de Paulo, Rotary, Loja Maçônica".

Ao tornar público os empreendimentos da Escola Estadual Morais Barros, a instituição convidou os professores do ensino regular que têm em suas classes alunos deficientes visuais a participarem do HTPC (horário de trabalho pedagógico coletivo) para

4 Essa escola foi criada por decreto de 5 de março de 1900, como o nome de Segundo Grupo Escolar de Piracicaba, ao qual foi dado, por decreto de 15 de junho do mesmo ano, a denominação "Morais Barros" em homenagem a esse senador, que foi um dos propagadores da instrução pública na cidade (SÃO PAULO, 2003, p. 5).

5 A Escola Estadual Barão do Rio Branco foi criada por decreto de 13 de maio de 1897 como a primeira escola da rede estadual da região de Piracicaba.

discussão de ações no estabelecimento de metas educacionais para o atendimento desse alunado.

As atribuições da sala de recursos, de acordo com o Plano de Gestão, são as seguintes:

- Proporcionar atendimento individualizado conforme o nível pedagógico e a necessidade do educando.
- Realizar, se necessário, trabalhos em grupo de dois, no máximo três alunos, sem ultrapassar a limite de três horas diárias.
- Reservar um horário para preparar gráficos, mapas em relevo, ampliar ou transcrever exercícios, provas e textos, como também gravar fitas.
- Favorecer o treinamento da percepção visual por meio de material pedagógico específico e o uso de recursos óticos.
- Destinar um horário para orientar os docentes do ensino comum que trabalham com seus alunos, bem como receber esclarecimentos sobre os programas das disciplinas (exercícios gráficos de matemática, física e química) para poder concretizar conceitos que não foram bem compreendidos pelo aluno deficiente visual durante a aula.
- Além dessas atribuições prescritas pela Secretaria de Educação, realizamos em nossa escola um treinamento do uso do computador pelos alunos com deficiência visual. Eles são familiarizados com o teclado, praticando a digitação e a impressão de textos e também com o leitor de telas dos *softwares* Dosvox e Virtual Vision.
- Como a legislação prevê atendimento ao deficiente visual a partir de qualquer idade, somos procurados frequentemente por familiares de bebês com problemas visuais e por adultos com visão subnormal ou cegueira que buscam atendimento na sala de recursos. Todos são atendidos na medida do possível, muitas vezes com encaminhamentos para outros profissionais. (SÃO PAULO, 2003, p. 61 -62)

É notável o alcance desse trabalho à comunidade no atendimento aos alunos com deficiência visual, seja pela incorporação de novos elementos didático-pedagógicos seja pelo redimensionamento das práticas educativas de acordo com a necessidade específica de cada aluno, tanto que a escolas que têm alunos deficientes visuais matriculados, "seja da cidade ou de municípios vizinhos, estadual ou municipal, têm solicitado e recebido assistência escolar" (SÃO PAULO, 2003, p. 62). Daí em diante, segue um planejamento em conjunto feito pela escola requerente e a professora da sala de recursos, sempre de acordo entre a Diretoria de Ensino e a Secretaria de Educação do Município.

Atualmente, o projeto está em pleno funcionamento em dois turnos na Escola Estadual Barão do Rio Branco (Polo-DV), com 16 alunos matriculados em 2014, sendo 13 com baixa visão, dois com cegueira e um surdocego. A Diretoria de Ensino tem observado a Resolução SE nº 11, de 31 de janeiro de 2008, da Secretária de Estado da Educação de São Paulo, que, fundamentada nos parâmetros legais dispostos nas Constituições Federal e Estadual, na Lei nº 9.394/1996 (LDBEN) e na Lei nº 8.069/1990 (ECA), estabelece:

O atendimento escolar de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais far-se-á, preferencialmente, em classes comuns da rede regular de ensino, com apoio de serviços especializados organizados na própria ou em outra unidade escolar, ou, ainda, em centros de apoio regionais.

Os paradigmas atuais da inclusão escolar vêm exigindo a ampliação dos serviços de apoio especializado e a adoção de projetos pedagógicos e metodologias de trabalho inovadores. (SÃO PAULO, 2008, p. 1)

Da mesma forma, ancorado no movimento pela inclusão, o município de Piracicaba conta com o Núcleo Municipal de Apoio Pedagógico de Educação Especial (Numape), criado em 2002 seguindo as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica instituídas pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica pela Resolução nº 2, de 11 de fevereiro de 2001, que, nos artigos 2º e 3º, parágrafo único, institui:

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. (BRASIL, 2001, p. 69)

A preocupação com o dispositivo legal está justamente na possibilidade de substituição do ensino regular, mas, de acordo com a nova política educacional do MEC, a Educação Especial é "ampliada" na perspectiva da Educação Inclusiva, potencializando, assim, a política direcionada a esse setor. E o Numape, preocupado com que o atendimento pedagógico não seja substitutivo da escolarização realizada em classe comum, mantém um mecanismo que propõe a melhoria na qualidade do processo educacional ao oferecer apoio para a construção de uma escola inclusiva. Nessa perspectiva:

Atende crianças com deficiências, no ensino regular - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Destaca-se como uma de suas funções a divulgação dos princípios da educação inclusiva, por meio da capacitação de professores e da sensibilização da comunidade escolar sobre os direitos das crianças com necessidades educacionais especiais. (PIRACICABA, 2014)

No espaço escolar do Numape, o atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação é realizado nas salas de aula no contraturno da sala regular aos que necessitam de um serviço educacional especializado. É realizado semanalmente um trabalho de quatro horas, individual e coletivamente, com no máximo quatro alunos por atendimento. Em 2013, o Numape atendeu 298 alunos, sendo 138 da Educação Infantil (Jardim II) e 160 do Ensino Fundamental (anos iniciais), bem como alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Hoje, o Núcleo conta com 21 alunos com deficiência visual (14 com baixa visão e sete com cegueira). O trabalho é desenvolvido por quatro professoras especialistas da área.

A partir da atual Política Nacional de Educação Especial, o governo do estado de São Paulo, assim como o governo municipal de Piracicaba, tem garantindo a formação continuada dos professores para o atendimento educacional especializado. No caso da rede estadual, a Diretoria de Ensino encaminha os professores para o Centro de Apoio Pedagógico Especializado (Cape), criado em 2001 com o intuito de oferecer capacitação docente no processo de inclusão dos alunos. Realidade presente desde a época da professora Santília, que afirma: "Em termos de políticas públicas, o avanço que houve foi a nível de orientação. E o estado foi se aprimorando [...]. O Cape, sempre facilitando pra gente, promovia de dois a quatro eventos por ano."

Na rede municipal, é oferecida para os professores da sala regular capacitação docente periodicamente, alternando-se entre a sede própria do Numape e a escola municipal (em HTPC), respectivamente uma vez por mês. Entre as atividades de capacitação docente, os próprios professores do Núcleo, em 2011, receberam capacitação em braille, ampliando, assim, os serviços no atendimento educacional especializado ao deficiente visual. Outro aspecto digno de nota foi a capacitação em braille dos pais desse alunado, iniciada em setembro de 2013. Assim, "mensalmente, é oferecido aos pais dos alunos atendidos pelo Numape um encontro com a equipe de técnicos e professores na sala de recursos multifuncionais onde o filho frequenta" (PIRACICABA, 2014, p. 3), afirma a diretora do Núcleo.

#### **4. Considerações finais**

A trajetória histórica e política da Educação Especial, marcada por confrontos e avanços na construção e conquista do direito das pessoas com deficiência à cidadania no ensino regular, revela o que é próprio dessa modalidade de educação escolar: sua temporalidade. O movimento de retomada do passado e abertura para o futuro permitiu revisitar a novidade da inclusão do aluno deficiente visual que veio à Piracicaba e região pelas mãos de uma educadora e sua equipe, e perceber "que o momento havia chegado" e que se poderia contribuir para "melhorar a vida do aluno deficiente visual".

As experiências dos sujeitos na relação de educabilidade ganharam visibilidade nos textos e contextos de um tempo vivido, permitindo às pessoas com deficiência visual conquistarem sua existencialidade com o outro, atualizando-se pelo despertar do corpo próprio alicerçado no fazer autêntico dos educadores.

Autenticidade movida pela participação social e política no exercício de direitos e deveres no cotidiano com atos de solidariedade, justiça e respeito, engendrados pela reciprocidade nas relações interpessoais, pautada pela parceria, na qual as pessoas envolvidas agem conjuntamente para a superação das dificuldades. Trata-se de uma aproximação orientada pelo diálogo, que partilha em comum a luta do ser humano em "ser mais", possível graças a uma prática educacional orientada por uma aprendizagem humano-significativa, que se concretiza em ações, que possibilita compreender e intervir na realidade com uma atitude totalizante.

Portanto, a escola, ao possibilitar um olhar sempre voltado para o outro, compromissada com o bem-estar social, é capaz de dar sentido à vida. Considerando que o papel da escola é dado pela própria sociedade, os educadores (família e professores) precisam estar atentos a essa realidade. E o importante, ao realizar a construção do projeto pedagógico, é ter também uma boa política educacional inclusiva mediada pela parceria e pelo diálogo no respeito às diferenças. É na parceria para uma educação que ajude a construir uma sociedade justa e solidária que se conseguirá contribuir significativamente para a conquista do direito à cidadania das pessoas com deficiência.

## REFERÊNCIAS

ABREU, E. M. A. C. et al. *Braille? O que é isso?*. 1. ed. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2008.

ASSOCIAÇÃO DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL (AVISTAR). Disponível em: <<http://avistar.org.br/>>. Acesso: 8 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 2008. Disponível em: <[www.mec.gov.br/secadi](http://www.mec.gov.br/secadi)>. Acesso: 8 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Resolução CNE/CEB nº 2/2001. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Leinº 9.394. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional — LBDEN*. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei nº 12.796*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. *Revista Inclusão: revista da Educação Especial*, Brasília, v. 1, n. 1, 2008.

CARVALHO, R. E. *A nova LDB e a Educação Especial*. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

MASINI, E. F. S. *O perceber de quem está na escola sem dispor da visão*. São Paulo: Cortez, 2013.

MAZZOTTA, M. J. *Educação Especial no Brasil: história e políticas*. São Paulo: Cortez, 2001.

PIRACICABA. Núcleo Municipal de Apoio Pedagógico de Educação Especial - Numape. Piracicaba, 2014. Disponível em: <<http://www.educacao.piracicaba.sp.gov.br/site/educacao-basica/educacao-especial.html>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação. *Resolução SE nº 11, de 31 de janeiro de 2008*. São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Informação nº 72/96*. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: Serviço de Educação Especial. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 1996.

\_\_\_\_\_. *Plano de Gestão da Escola Estadual Moraes Barros*. Piracicaba: Diretoria de Ensino de Piracicaba, 2003.

SOARES, M. A. L.; CARVALHO, M. de F. *O professor e o aluno com deficiência*. São Paulo: Cortez, 2012.

Recebido em: 26.8.2014  
Reformulado em: 18.1.2015  
Aprovado em: 5.2.2015